



Sistema de
Bibliotecas
UFMG

Conexão Biblioteca

Boletim Informativo do Sistema de Bibliotecas da UFMG | Ano 6 . Nº 19 | Março . Abril de 2017

SE O MÊS DE MARÇO É DA MULHER, O ABRIL É ÍNDIGENA

Espaço de Leitura: onde o real se
revela pela fantasia
Página 03

Palavras Invisíveis
Página 06

Centro de Apoio ao Deficiente Visual
Página 07

Letras de cura, palavras de luta
Página 08



Se pudéssemos resumir este número do Conexão Biblioteca em uma palavra, esta seria inclusão, em suas diversas facetas.

Na época em que se comemora o Dia Internacional da Mulher e o Abril Indígena, a matéria de capa traz o exemplo de três mulheres indígenas que se destacam na política, na educação e na cultura, lutando pela visibilidade dos povos indígenas e pelos direitos nas relações de gênero.

A editoria “Dose de Literatura” também apresenta um trecho sobre os estereótipos que esses povos enfrentam diariamente. E “Reflexões” destaca a literatura indígena como uma forma de cura e de luta.

Coincidência ou não, abril também traz outra data marcante para as lutas por inclusão: o Dia Nacional do Sistema Braille. Essa data inspirou as matérias sobre iniciativas das Bibliotecas da UFMG para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência, não só em termos de espaço, mas também de acesso ao conhecimento.

Acesso é, ainda, o mote da matéria sobre o Espaço de Leitura, que busca promover, por meio de atividades com estudantes de escolas municipais, uma forma de perceberem que a Universidade é um espaço de todos.

Para continuar as reflexões, deixamos como dica de “Cinema pra ler” o livro em braille “Palavras invisíveis” e os vídeos dessa obra – com audiodescrição – produzidos pela Fundação Dorina Nowill.

Boa leitura!

Carla Pedrosa
Coordenadora da Divisão de
Comunicação do Sistema de
Bibliotecas da UFMG

A mulher de trinta anos pelo olhar de Balzac

DICA A mulher de trinta anos
Honoré de Balzac
Disponível no Sistema de
Bibliotecas da UFMG



Marina Nogueira – bibliotecária
Biblioteca Central da UFMG

Sempre ouvia o termo “balzaquiana” referindo-se às mulheres de cerca de 30 anos, mas nunca tinha tido o interesse de ler Balzac e entender o significado daquele “adjetivo”. Quando estava perto de completar os tais 30 anos, fiquei curiosa e peguei, em uma biblioteca pública, o livro “A mulher de trinta anos”; uma história realmente envolvente, que me fez querer ler outras obras do autor.

Com um viés psicológico bastante acentuado (o que particularmente me agrada), me espantou naquela obra a riqueza de detalhes e as descrições minuciosas que Balzac faz das cenas, atributo típico do Realismo. Isso foi cansativo de início pra mim, mas aos poucos fui me acostumando e acabei por descobrir a imensa sensibilidade dele em relação aos desejos, alegrias e mazelas femininas.

Júlia, a personagem principal, nascida para ser bela, recatada e do lar, ao longo da trama vai amadurecendo e vive um grande drama, que inclui todas as vivências que o casamento, a maternidade, o adultério e a depressão podem oferecer, retratando como era ser mulher no século XIX. Por meio dessa personagem, Balzac mostra que a beleza da mulher de trinta anos é outra: a da maturidade.

Longe de ser uma crítica literária, sou apenas uma leitora que sempre se atrai pelas emoções e sentimentos despertados pela literatura e vê nela a possibilidade de ampliar o olhar e viver, ainda que na ficção, experiências impossíveis ou improváveis. Recomendo a leitura deste e de outros títulos de Honoré de Balzac.

Esse é o seu espaço!

Compartilhe uma sugestão de leitura
enviando um e-mail para:

comunicacao@bu.ufmg.br

Espaço de Leitura:

onde o real se revela pela fantasia

Carla Pedrosa

“Liberdade, espontaneidade, afetividade e fantasia são elementos que fundam a infância. Tais substâncias são também pertinentes à construção literária. Daí, a literatura ser próxima da criança. Possibilitar aos mais jovens acesso ao texto literário é garantir a presença de tais elementos – que inauguram a vida – como essenciais para o seu crescimento”. Esse trecho do “Manifesto por um Brasil literário”, escrito por Bartolomeu Campos de Queirós em 2009, reflete bem a importância da leitura e da literatura no desenvolvimento intelectual. E o Espaço de Leitura da UFMG é um exemplo claro desse tipo de iniciativa.

Localizado na Biblioteca Central, próximo à Reitoria da Universidade, o Espaço possui, na diversidade do acervo e das atividades oferecidas, maneiras particulares de chamar a atenção para o universo literário. “Hoje a gente trabalha muito na formação do leitor por meio de um acervo diverso – variedade de títulos, de gêneros, de línguas, de estilos literários – pensando muito nessa importância do valor simbólico da leitura. Um aluno que entra na Universidade hoje não necessariamente é leitor, infelizmente. Claro que a gente gostaria que fosse diferente, que ele já chegasse aqui com esse hábito desenvolvido”, afirma Marina Nogueira, coordenadora do Espaço.

O Espaço de Leitura é aberto à visita de grupos escolares!

Agende uma visita pelo telefone (31)3409-4613 ou pelo e-mail espacoleitura@gmail.com

Curta a nossa página no [facebook.com/E.Leitura](https://www.facebook.com/E.Leitura)



Alexandre Vilaga

O Espaço de Leitura também oferece atividades culturais como exposições, contação de histórias, bate papo, entre outras, destinadas à comunidade em geral. Inclui recebe visitas de turmas de escolas públicas da região, sempre visando mostrar a importância da leitura para a sua formação. “Além de ter a oportunidade de conhecer uma biblioteca grande e um acervo diversificado, acho que essa iniciativa é importante para os alunos dessas escolas perceberem que a Universidade também é pra eles”, enfatiza Marina.

Dose de Literatura

– Você sabia que eu também sou descendente de índio? Minha avó era índia pura. Foi pega a laço. Minha mãe

diz que minha avó era do mato mesmo. Era bugre legítima. Vocês é que são os verdadeiros donos do Brasil. Nós somos os invasores. Não entendo como as pessoas querem acabar com os índios. Você mora lá no mato mesmo? Como é que o Raoni enfiou aquela coisa no beijo? Tem algum significado esse seu colar? O que você acha do Mário Juruna? Eu acho que ele era um bom deputado. É que lá em Brasília sujaram o cara. Acho que ele tinha toda razão. Pena que ele, que era tão puro, tenha sido manipulado pelas pessoas, não é?

Depois dessa avalanche de perguntas meu interlocutor despediu-se dizendo que foi muito bom me conhecer. Apenas o cumprimento, a batida nas costas e o adeus. A ignorância continua a mesma.

Esse trecho foi retirado do livro infanto-juvenil “Histórias de índio”, escrito por Daniel Munduruku. Essas e outras obras do autor estão disponíveis no Espaço de Leitura, na Biblioteca Central da UFMG.



Rita Davis

Se o mês de março é da mulher, o abril é indígena

Livia Araújo

Elas não vivem atrás do cocar de nenhum homem. O que elas vestem não é uma fantasia. E não, elas não estão apenas dentro de casa. Elas estão nas decisões políticas, nos rituais, na arte e na luta. Conquistando espaço estratégico, na busca ativa da garantia dos direitos nas relações de gênero, transmitindo conhecimento na educação, na literatura e na oralidade, existindo e resistindo.

“O Brasil não é apenas verde amarelo; é negro, é marrom cor de terra, é um arco-íris, é multicolorido, é ainda vermelho – pois estas terras foram lavadas de sangue, indígena negro, a cada processo de luta territorial: este vermelho que ainda se jorra não foi estancado”. É o que diz Célia Xakriabá, coordenadora do Programa de Educação Escolar Indígena de Minas Gerais.

“Muitos ainda acham que ser indígena é andar nu, viver na mata, comer na folha e viver deitado. Não, estamos na luta pela resistência e ainda passamos por um processo de dizimação: silencioso, mas presente”, denuncia Márcia Kambeba, escritora, educadora indígena e membra da Academia de Letras de Formiga.

Duzentos e quarenta povos. Cento e oitenta e três línguas diferentes. “Somos 817.963 autodeclarados ao IBGE, mas somos mais: somos mais nos 74 pontos isolados nas florestas onde o IBGE não chega, e somos mais nas cidades onde a sociedade teima em não nos reconhecer, e onde muitos de nós deixaram de reconhecer nossa origem e nossa cultura”, diz Daiara Figueroa, da etnia Tukano, em texto de 2012.

Se esses povos são sistematicamente invisibilizados pela sociedade, das mulheres indígenas ouvimos ainda menos. Desinformação e falta de representação mascaram os problemas que enfrentam – em relação à moradia, saúde, educação e violência. Além disso, as reduzem a estereótipos hipersexualizados e machistas.

“Embora tenham muitas lideranças ativas e empoderadas, ainda somos um número muito pequeno de mulheres que consegue ir além do espaço da aldeia. E a gente precisa cada vez mais ocupar e fazer com que a voz da mulher seja escutada, não só dentro da nossa própria terra como fora também,” reflete Sonia Guajajara, coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (Apib), em entrevista para o Instituto Socioambiental (ISA).

Conheça mulheres que mostram algumas das inúmeras facetas de povos distintos, que se unem em uma história que vai muito além da invasão, opressão e confronto enfrentados por indígenas até hoje.

Por um novo arco na política

Avelin Buniacá, do povo Kambiwá, é nascida em Pernambuco, mas se mudou com a família para Belo Horizonte quando ainda era adolescente. A professora de sociologia atua em diversas frentes em favor da causa indígena, como o Comitê Mineiro e sua candidatura pela plataforma “Muitxs: a cidade que queremos”, em 2016.

Segundo Avelin, o maior problema para os indígenas estabelecidos em BH é a moradia: a maioria aluga casas em péssimas condições, são passados para trás por seus senhorios ou vivem em pequenos quartos com muitas pessoas. Quem está em situação de trânsito, entre a aldeia e a cidade para vender artesanato, também sofre com este problema: ficam expostos na Praça Sete, na Feira Hippie, muitas vezes com crianças – principalmente mulheres artesãs. Sua principal proposta, então, é a criação de um Centro de Referência Indígena.

“Não só pra expor artesanato, mas um lugar pra fazer oficinas, palestras, em que a gente possa estudar as várias línguas que vêm pra cá, ter aulas de Guarani, Patihôã, Ticuna, Puri e Tupi... A gente precisa resgatar essas coisas, para as quais Belo Horizonte não tem espaço hoje”.

“Eu queria deixar esse recado pra sociedade: nós não estamos brincando quando a gente fala que quer estar na política, porque esse lugar também é nosso. Já chega de fazer leis pra nós cumprirmos. Nós também temos que ter poder de voz, nós pensamos e também temos que decidir por nós. Nós não somos crianças”.



Raul Brandão

Arquivo pessoal



Educação que entoa mudança

Célia pertence ao povo Xakriabá, comunidade localizada no norte do estado de Minas Gerais, neta de figuras importantes para a tradição oral e a linguagem cantada da aldeia. “Esta entoação eu trago na minha oralidade, e no construir do meu pensar. Sempre estive inserida no contexto educacional tradicional, a partir de minha família e lideranças”.

Aluna da primeira turma de professores de seu povo formados no Magistério Indígena – curso ofertado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – viu e viveu a construção de uma escola verdadeiramente Xakriabá. Seguindo na educação, se formou pela UFMG e se tornou professora de Cultura: “Usávamos o giz para ressignificar a escola, a partir da nossa concepção de educação. Após muita luta, contamos a nossa própria versão da história”.

Em 2015, Célia se tornou a primeira representante indígena na Secretaria de Educação mineira, coordenando o Programa Escolar Indígena. Um desafio e uma vitória, com projetos como a criação da Comissão Estadual de Educação Escolar Indígena de Minas Gerais, e o início das discussões sobre a criação da Categoria Escola Indígena.

“Nós jovens somos vistos pelos nossos anciãos como o futuro ou as lideranças do amanhã.

Já representamos esse papel de articuladores hoje: somos interlocutores e assumimos a responsabilidade na intervenção e na defesa de nossas comunidades”.



Carlos Araújo

Literatura semeando saberes

Márcia vem da aldeia Belém do Solimões, no Amazonas, e é a primeira mulher do povo Kambeba a ingressar em uma Academia de Letras. Foi em Minas Gerais que recebeu esse reconhecimento, ocupando uma cadeira em Formiga, no oeste do estado.

Formada pela Universidade do Estado do Amazonas e mestre pela federal do estado, hoje a poetisa trabalha com educação indígena em aldeias do Pará, onde usa a literatura nas aulas de licenciatura cultural indígena das universidades estadual e federal paraenses.

“As mulheres indígenas nas aldeias também estão escrevendo suas literaturas em papel, deixando em forma de letras suas memórias, que antes eram transmitidas pela oralidade. O ensinamento delas não está só na literatura. A arte que elas produzem usando sementes, fibras da mata e tintas da natureza... Tecendo fios elas vão ensinando, deixando seus ensinamentos em cada trançado de tala”.

“Escrevo porque sinto que a literatura hoje é como uma flecha que acerta sem sangrar o coração dos que se dedicam a ler nossas produções. Escrevo porque penso no amanhã, penso que as novas gerações encontrarão um solo mais adubado do que temos hoje. Escrevo para que as pessoas não-indígenas lendo compreendam o que é ser indígena, de modo particular nesse novo tempo”.



Carla Pedrosa

“Palavras não precisam ser vistas. Elas são sentidas, são reais. Formam as mais incríveis figuras em nossa alma sensível. Palavras respondem sem som se tivermos a mente curiosa e aberta, mesmo se não as enxergamos. As mais eloquentes são as palavras invisíveis”.

Esse trecho faz parte do poema “Lendo Sem Enxergar”, de Lya Luft, publicado junto com textos de Luis Fernando Veríssimo, Eliane Brum e outros autores de destaque, no livro “Palavras invisíveis”.

Lançado em braille em 2014 pela Fundação Dorina Nowill, o livro também foi gravado, por pessoas com deficiência visual, em 22 vídeos com audiodescrição que podem ser acessados no canal [youtube.com/fundacaodorina](https://www.youtube.com/fundacaodorina).

Especial

Uma nova forma de ler o mundo

“Se os olhos não me deixam obter informações sobre os homens e eventos, sobre ideias e doutrinas, terei de encontrar outras formas”

Louis Braille

Carla Pedrosa

Há mais de dois séculos, o então jovem francês Louis Braille, obstinado em encontrar uma forma prática de leitura para si mesmo e para os colegas cegos do instituto onde estudava, talvez não imaginasse a importância de sua criação, até hoje, para as pessoas com deficiência visual de todo o mundo.

O **Sistema Braille**, que ele criou quando tinha apenas 15 anos, permite a escrita e leitura tátil para pessoas cegas e é muito importante para a inclusão delas, sobretudo no meio acadêmico.

“O braille é a minha forma de entrar em contato com a grafia, com a pontuação. E o contato direto com o texto é essencial para eu poder me concentrar”, afirma Carlito de Sá, estudante de Letras na UFMG.

Como suporte às atividades na Universidade, Carlito utiliza o Centro de Apoio ao Deficiente Visual. O CADV oferece, entre outros serviços, acesso aos materiais didáticos impressos em braille, que são posteriormente entregues às

bibliotecas do curso de origem para serem disponibilizados a outros alunos.

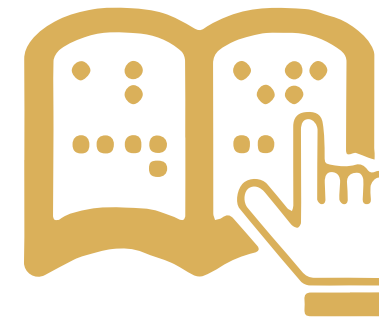
Como alternativa à impressão dos textos, o Centro de Apoio ao Deficiente Visual adquiriu, no início deste ano, a **Linha Braille**, um sistema eletromecânico tátil, em que conjuntos de pontos são levantados e abaixados à medida que se lê, formando uma linha de texto em Braille.

Carlito afirma que só pede ao CADV para imprimir os textos em língua estrangeira. “Solicito os demais textos em PDF e leio através da Linha Braille, assim não tem a necessidade de imprimir aquela grande quantidade de papéis que o braille demanda”, afirma.



Na página ao lado, conheça um pouco da história do Sistema Braille e saiba mais sobre os serviços oferecidos pelo CADV. ➔

Breve história do Braille



Em uma visita ao Instituto Real de Jovens Cegos de Paris, onde Louis Braille estudava, Charles Barbier, capitão reformado da artilharia francesa, apresentou um código de comunicação tátil conhecido como escrita noturna, utilizado nos campos de batalha para que os soldados pudessem se comunicar silenciosamente.

À época com apenas 12 anos de idade, e sabendo das limitações do método das letras em alto relevo, com o qual fora alfabetizado, Braille dedicou-se a aprender e simplificar o código apresentado por Barbier. Três anos depois, concluiu o que seria posteriormente chamado Sistema Braille, com um alfabeto composto por 63 combinações que abrangem letras, números, notas musicais e símbolos químicos.

CURIOSIDADE: é possível aprender braille na internet. Acesse o site Braille Virtual da USP e saiba mais!



Inclusão no Sistema de Bibliotecas da UFMG

Ao longo dos anos, algumas bibliotecas da UFMG tomaram iniciativas pontuais em prol da acessibilidade. A Biblioteca Central, por exemplo, construiu uma rampa na entrada do prédio e disponibilizou elevadores para cadeirantes, lupas e piso tátil para deficientes visuais. Adquiriu também, para o acervo do Espaço de Leitura, livros em braille e em áudio.

Já a Biblioteca da Fafich criou, no início da década de 90, o Centro de Apoio aos Deficientes Visuais (CADV) ----- **saiba mais na editoria “Em Destaque”**

Para ir além dessas iniciativas pontuais de cada unidade, o Sistema de Bibliotecas da UFMG criou, no ano passado, um grupo de trabalho que tem por missão promover e estimular atividades e parcerias em prol da acessibilidade nas unidades.

Em parceria com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFMG (NAI), o grupo está realizando um diagnóstico nas bibliotecas da Universidade, com o objetivo de propor iniciativas para tornar esses espaços mais acessíveis a todos.

Centro de Apoio ao Deficiente Visual

Carla Pedrosa



Texto impresso, vídeo e powerpoint são alguns dos recursos mais utilizados na sala de aula. Tais métodos são pouco ou nada acessíveis a pessoas com deficiência visual.

Pensando nisso, foi criado em 1992 o Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADV), na Biblioteca da Fafich.

O local oferece recursos como cabines de estudo com isolamento acústico, computadores adaptados, lupa eletrônica e impressora em braille. Faz ainda acompanhamento pedagógico com alunos e servidores com deficiência desde sua entrada na UFMG.

Rafaela Damásio, estudante de Física da UFMG, frequenta muito o local, mas diz que o ideal seria ter um CADV em todas as bibliotecas. “Nunca se sabe onde vai entrar um estudante novo que precisa de auxílio e às vezes é difícil ir a outro prédio pra ter acessibilidade”.

Pensando nisso, recentemente o CADV conseguiu mais recursos e, junto ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) e à Biblioteca Universitária, disponibilizou um computador acessível para cada uma das 25 bibliotecas da UFMG.

“Conseguimos avançar muito, mas todo início de semestre é um recomeço. Precisamos estar sempre em contato com os professores pra preparar o material didático. Essa parceria é muito importante para a inclusão na Universidade”, diz Vera Nunes, coordenadora do CADV.

Letras de cura, palavras de luta

A literatura dos excluídos ainda é uma pele de Boto que foi destruída ao longo dos séculos e que está esquecida e abandonada no fundo dos rios a precisar renascer_ardentemente_ com a força da alma da natureza e humana.

Esse Boto Literário em botão, na atualidade, precisa ser salpicado com as lágrimas emocionadas da Natureza, muitas desvairadas lágrimas. Aí sim, essas feridas do mundo_ que as mulheres indígenas as eternizaram com seus beijos de cura, bálsamos históricos, histórias não contadas e adormecidas no fundo do rio ou dos oceanos, essas sim, _ serão eternamente curadas.

Eliane Potiguara

Livia Araújo

Cura: nisso também aposta o escritor Daniel Munduruku. Para ele, a literatura indígena vem como um **maracá** para o Brasil. Se dentro dos maracás ecoam vozes sagradas que se comunicam com os pajés e ajudam a curar os doentes, na literatura são as vozes dos escritores indígenas que circulam, a tratar do país.

Há pouco mais de 20 anos, Munduruku publicava seu primeiro livro, “Histórias de Índio”. O autor percebe a obra como um divisor de águas, em um momento que as editoras passaram a se abrir para as histórias indígenas. “De lá para cá houve o crescimento da produção literária, o surgimento de autores e ilustradores indígenas, a participação em eventos literários, maior interesse do mercado editorial em obras de indígenas e o aumento do debate sobre essa literatura pelas universidades brasileiras”, explica Daniel em entrevista para o Blog Página Cinco.

Desde o primeiro livro de autoria indígena publicado em 1980, “Antes o Mundo não Existia”, de Umúsin Panlôn e Tolamân Kenhíri, as licenciaturas indígenas apoiaram o crescimento dessa produção editorial, sobretudo na década de 90. Maria Inês de Almeida, que trabalhou como pesquisadora na Faculdade de Letras da UFMG, foi uma professora que viu de perto essa mudança. “Quando a gente começou, a palavra interculturalidade nem era usada na universidade. O ensino brasileiro foi se abrindo e começou a reconhecer as tradições orais, a lidar com a literatura e autores vivos, suas matrizes não ocidentais e o texto na sua complexidade... E isso é um ganho científico importante”.

Com a Lei 11.645 - promulgada em 2008 - criando a obrigatoriedade do estudo das temáticas indígenas e afro-brasileiras nas escolas, essa produção recebeu incentivo. Na época, Maria Inês participava da expansão do núcleo de pesquisa Literaterras, que também ampliava a presença

indígena na UFMG. Através de um projeto que terminou no início de 2014, o grupo chegou a publicar cerca de 130 títulos de autoria de diferentes povos nativos, distribuídos entre escolas indígenas e em acervo especial na Biblioteca Central e na Letras. Para a pesquisadora, essa literatura é também uma experiência tradutória, “não apenas de uma língua para a outra, mas a transposição de um espaço para outro; a transcrição de cenários, de imagens, de cultura... A literatura brasileira não se limita à língua portuguesa, ela é plurilíngua”.

As línguas nativas e tradições orais são aspectos que não podem ser esquecidos no registro desses povos, que não escrevem apenas para educar a sociedade não-indígena, mas também preservar e valorizar sua própria cultura. Para **Eliane Potiguara**, escritora e ativista indígena, a literatura cumpre o papel de resgate, preservação cultural e fortalecimento das cosmovisões étnicas: “O escritor indígena é o futuro antropólogo, aquele que vê, enxerga e registra. Povos indígenas devem caminhar com seus próprios pés”.



CONFIRA EM NOSSO ACERVO:

- “O coco que guardava a noite” e “Metade cara, metade máscara”, **Eliane Potiguara**
- “A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami”, **Davi Kopenawa e Bruce Albert**
- “Ãgohó Lua Pataxó”, **Lucidalva Pataxó**
- “Terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio”, **Kaka Werá Jecupé**

Expediente

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais – Biblioteca Universitária – **Diretor:** Wellington Marçal de Carvalho – **Vice-Diretora:** Anália Gandini Pontelo – **Projeto Gráfico:** Anna Luisa Cunha – **Capa:** Rita Davis. Interferência gráfica em cena do documentário “As Hiper Mulheres”, de Carlos Fausto, Leonardo Sette e Takumã Kuikuro – **Diagramação:** Dayane Gomes – **Editora:** Carla Pedrosa (Reg. Prof. 0015822MG) – **Coordenador de Design:** Marcelo de Carvalho Borges – **Bolsistas:** Dayane Gomes, Livia Araújo e Rita Davis – **Impressão:** Imprensa Universitária – **Tiragem:** 4000 exemplares – **Circulação** bimestral – **Endereço:** Biblioteca Universitária – Assessoria de Comunicação Social: Av. Antônio Carlos, 6.627 / sala 212 – 2º andar, Campus Pampulha, CEP 31.270-901, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Telefone:** (31) 3409-5521 – **Internet:** www.bu.ufmg.br e comunicacao@bu.ufmg.br. É permitida a reprodução de textos, desde que seja citada a fonte.

UFMG

IMPRESSO